

MUDANÇAS DECORRENTES DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DA SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE CAMPOS LINDOS E LAGOA DA CONFUSÃO

CHANGES FROM THE EXPANSION OF SOY MONOCULTURE IN THE TOCANTINS STATE: THE SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS OF THE CAMPOS LINDOS AND LAGOA DA CONFUSÃO MUNICIPALITIES

Eder da Silva Cerqueira

Fundação Universidade Federal do Tocantins
edersvp@mail.uft.edu.br

RESUMO: Este artigo objetiva discutir os impactos socioeconômicos decorrentes da expansão da monocultura da soja no estado do Tocantins, tendo como objeto de investigação os municípios de Lagoa da Confusão e Campos Lindos. A avaliação e análise dos indicadores socioeconômicos foram efetuadas tendo como base dados fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração o intervalo de 1991-2000. As variáveis analisadas foram: População, por situação de domicílio (rural e urbana); Longevidade, Mortalidade e Fecundidade; Nível educacional da população adulta; Renda, pobreza e desigualdade; Porcentagem de renda apropriada por extratos da população e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Observou-se uma dinamização da economia regional e local dos municípios pesquisados, bem como uma tendência na elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano, mas, em contrapartida, houve uma tendência de elevação dos índices de concentração de renda e de pobreza.

Palavras- Chave: Monocultura da Soja; Lagoa da Confusão; Campos Lindos; Índice de Desenvolvimento Humano; Agronegócio.

ABSTRACT: This article aims to discuss the socio-economic impacts of the expansion of soybean monoculture in the state of Tocantins, with the object of investigation the municipalities of Lagoa da Confusão and Campos Lindos. The assessment and analysis of socio- economic indicators were made based on data provided by the United Nations Development Programme (UNDP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), taking into account the range 1991-2000. The variables analyzed were: population by type of household (rural and urban), Longevity, Mortality and Fertility; educational level of the adult population, income, poverty and inequality; Percentage of income earned by strata of the population and municipal human development index. There was a promotion of the regional and local economy of the municipalities surveyed, as well as a trend in rising levels of human development, but in contrast, there was a trend of rising rates of concentration of income and poverty.

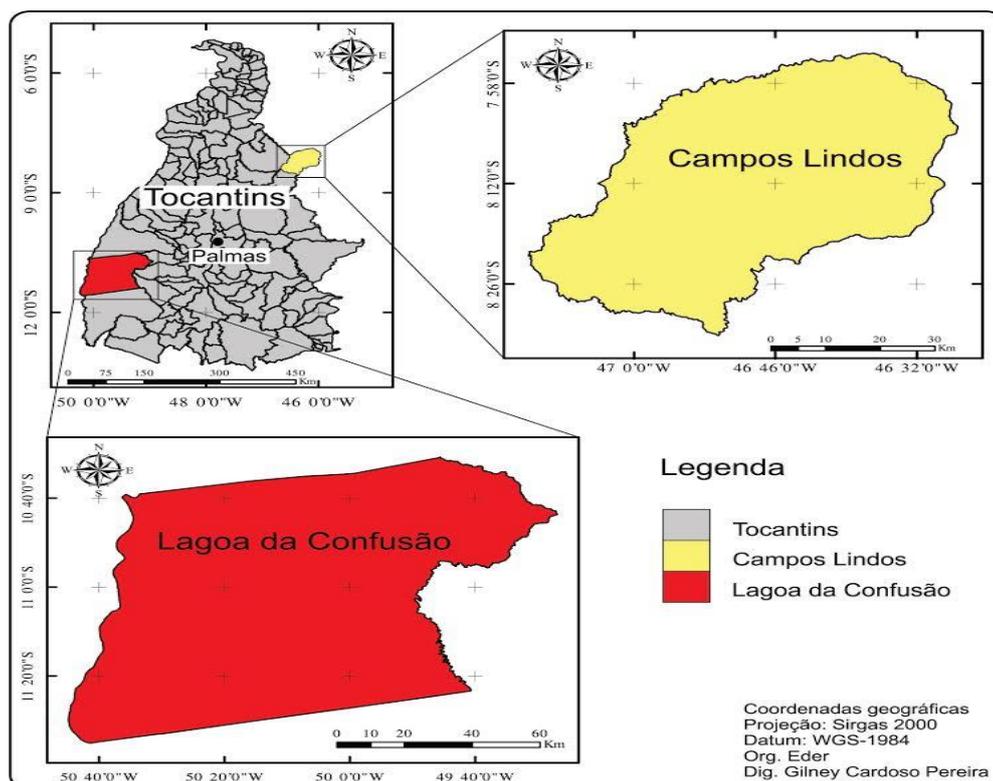
Key-words: Monoculture Soy; Lagoa da Confusão; Campos Lindos; Human Development Index; Agribusiness.

INTRODUÇÃO

O Estudo das cidades brasileiras tem sido um desafio para pesquisadores da área de ciências humanas, e mais ainda, quando o objeto investigado localiza-se no interior do país. Esses estudos tem sido objeto de diferentes interpretações, sobretudo, pelo caráter recente de ocupação dessas áreas, o que vem desencadeando transformações sucessivas na dinâmica interna de seus territórios, resultando numa nova configuração do espaço regional.

Se há algo que vem transformando a dinâmica socioeconômica de algumas das cidades interioranas do Estado do Tocantins é a expansão da monocultura da soja. O processo de territorialização do capital monopolista (a expansão da monocultura da soja é uma de suas expressões) tem resultado em profundas mutabilidades territoriais nessas “novas” áreas do cerrado brasileiro. Este artigo objetiva discutir essas transformações no cenário tocantinense, tendo como objeto de estudo os Municípios de Lagoa da Confusão e Campos Lindos, conforme localização da figura 1.

Figura 1: Localização os Municípios de Lagoa da confusão e Campos Lindos



A presente discussão se utilizará dos dados constantes das bases técnicas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando-se em consideração o intervalo da década de 1991-2000. As variáveis discutidas serão: População (total e por situação de domicílio); Longevidade, mortalidade e fecundidade; Nível Educacional da população Adulta (25 anos ou mais); Indicadores de Renda, pobreza e desigualdade e Porcentagem da renda apropriada (por extratos da população) e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M).

Apesar das delimitações espacial (1991-2000) e geográfica (municípios de Lagoa da Confusão e Campos Lindos¹), as mudanças ocorridas na localidade pesquisada guardam conexões com a dinâmica da economia global. Portanto, para que possamos compreender os fenômenos locais, faz-se mister entender as mudanças que vem ocorrendo na economia global nas últimas décadas, haja vista a correlação que as transformações locais guardam com a dinâmica da macroeconomia global.

A dinâmica global da economia contemporânea

A partir da segunda metade do século XX, as estruturas políticas e econômicas, configuradas e implementadas a partir de uma escala planetária, se modificaram com uma velocidade e complexidade jamais vistas. É a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p: 25). Observamos a instalação de grandes corporações em cidades cada vez mais “longínquas”, provocando mudanças profundas nas diversas escalas geográficas locais.

Uma dessas mudanças recentes na economia global foi o fenômeno da urbanização. Em alguns países latino-americanos, esse fenômeno se manifestou de forma bastante acelerada. No Brasil, por exemplo, em pouco mais de três décadas, a população, até então predominantemente rural, rapidamente migrou para as cidades. A aceleração do processo de urbanização brasileiro, principalmente na segunda metade do século XX, trouxe consigo transformações demográficas e econômicas que contribuíram para a redefinição dos papéis desempenhados pelos centros urbanos. A implantação de redes rodoviárias, a emergência dos projetos de colonização (públicos e privados), dos projetos minero-metalúrgicos e agropecuários, reestruturaram a região e as cidades, que passaram a servir de lócus para atuação de capitais nacionais e internacionais. A ocupação recente da Amazônia e seus desdobramentos por meio da integração promovida pelos eixos rodoviários, bem como os investimentos originados pelos setores econômicos produtivos, além das intervenções políticas as mais diversas, (re) estruturaram as cidades e as regiões, imprimindo-lhes uma nova dinâmica territorial.

Essas transformações, delineadas pelo modo de produção capitalista, atingiram não só as médias e grandes cidades, mas também as pequenas. Foram mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram não apenas em decorrência de fatores internos à cidade, mas, sobretudo, pelas mudanças que se verificaram no campo e que repercutiram diretamente no espaço urbano, em um contexto em que as cidades passaram a ser lócus de maior concentração populacional, mais ampla divisão do trabalho, de novas relações de trabalho e de uma maior diversidade de formas e funções.

Essa interação, local-global, tem subordinado o território local aos interesses de novos atores hegemônicos externos, através de uma dotação do território de um “conjunto de objetos e ações” (SANTOS, 1996, p: 34), possibilitando a inserção do território local na lógica de reprodução do capital (inter) nacional. Esse processo se

constitui numa potencialização do poder de domínio e no avanço das fronteiras físicas e relacionais do capital internacional (ASCHER, 1998, p: 32).

O modelo econômico dominante contribui para que algumas cidades, no caso as grandes e médias cidades, ganhassem maior expressividade pela forte concentração de atividades econômicas dinâmicas e pela variedade de bens e serviços oferecidos à população. Estas passaram a constituir polos de atração da população de pequenos centros urbanos e de áreas rurais.

Por outro lado, as pequenas cidades também passaram por uma redefinição de seus papéis. Se anteriormente estavam fadadas a atender apenas às necessidades básicas e imediatas de sua população, hoje, contam com uma maior variedade de serviços públicos e privados, além de integrarem a rede urbana regional, nacional, e, em muitos casos, até a internacional. Defronte a nova realidade, os estudos que tem como objeto de investigação as pequenas e médias, se veem na necessidade de ir além da função localmente exercida pelas mesmas, passando a considerar as motivações dessas novas relações, que podem ser distantes ou ter até mesmo “um fundamento planetário”. (SANTOS, 2009, p: 228).

Dessa forma, entendemos que apesar de não possuírem ainda a importância, sobretudo, em termos econômicos, das grandes e médias cidades, as pequenas cidades brasileiras se encontram integradas ao circuito produtivo regional, nacional, e em muitos casos, até internacional, de forma que não podem mais serem relegadas à condição de periferia na investigação da dinâmica da economia (inter) nacional. Com o deslocamento das atividades agropecuárias para as regiões nordeste, centro-oeste e norte do Brasil, as ciências humanas, e, sobretudo, a geografia, veem-se obrigadas a voltar seus olhos para essas regiões.

Para que possamos compreender o processo de territorialização da monocultura da soja nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, e, particularmente, no estado do Tocantins, tendo como foco as cidades de Lagoa da Confusão e Campos Lindos (nosso objeto de investigação), é necessário que descrevamos alguns das principais políticas territoriais empreendidas pelo Estado brasileiro no intuito de ocupar a região “vazia”. O processo de territorialização da monocultura da soja por aqui, é resultado, também, das

ações empreendidas por este significativo “organizador de espaços” que é o estado nacional. (SANTOS, 2009, p: 184).

As políticas territoriais do estado brasileiro rumo à Amazônia e ao Centro-Oeste

No Brasil, as ações estatais direcionadas ao cerrado tiveram início ainda durante o período imperial, com a missão Cruls. No entanto, foi no governo de Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, e no decorrer dos governos militares (1964 –1982), quando a região amazônica foi incorporada ao jogo político/estratégico do capital, que essas ações se intensificaram. Outro momento da história do Brasil, relacionado à incorporação do Brasil central à conjuntura nacional e internacional, foi a construção de Brasília (1960) em terras do planalto central, o que conferiu maior dinamismo econômico e político a esta porção territorial brasileira. A inserção do cerrado na lógica produtiva capitalista conferiu papel estratégico à região e vem sendo responsável por um crescente processo de construção de novas territorialidades, que começaram a se delinear a partir da década de 1930, mas que ocorreu, definitivamente, com a incorporação dessa região à dinâmica capitalista do país na década de 1970.

O Estado, uma instituição político-social, juridicamente organizada, que ocupa um território definido, onde a lei máxima é uma Constituição escrita, dirigida por um governo, que possui soberania reconhecida interna e externamente, foi o responsável pelo “corte tipológico entre as sociedades ditas ‘primitivas’ e as ‘civilizadas’, pela transformação do tempo mítico em secular, definindo-se nesse momento como categoria histórica” (MACHADO, 2000, p: 13).

Como construção política, o Estado renova-se em contextos diversos, acompanhando a evolução socioeconômica e política da civilização, mantendo o seu caráter universal e sua principal característica, a concentração de poder, independentemente dos seus elementos determinantes. O Estado detém o poder de criar leis que regulam o uso social do território e, portanto, toda a sociedade. Assim, tornou-se o maior criador e controlador de normas sociais. Seu poder é exercido sobre uma dada população que habita determinado território. Portanto, para que possa existir Estado, tem que haver, obrigatoriamente, uma população sedentária, um grupo que possa construir o seu sistema político.

Neste sentido, a estrutura de poder político-territorial do Estado definiu os rumos da história do século XIX e início do XX, e se constitui como “refúgio de valores simbólicos e de interesses que resistem à circulação imposta pela globalização” (CASTRO, 2005, p: 107). Santos (2000), ao discutir o contexto da globalização e o papel desempenhado pelo dinheiro na organização e fragmentação do território, afirma que a competitividade entre as empresas arrasta “o Estado e sua força normativa na produção de condições favoráveis àquelas dotadas de maior poder” e “que o território, pela sua constituição, se coloca como instrumento do exercício dessas diferenças de poder” (SANTOS, 2000, p: 85).

Santos (1996) define o Estado como o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional. Para ele é tarefa do Estado nacional

“... decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial” (SANTOS, 1996, p: 181).

Portanto, a compreensão das políticas de modernização territorial empreendidas no cerrado brasileiro, não serão completas sem considerar o papel desempenhado por esse “ator sintagmático”, que o Estado nacional. (RAFFESTIN, 1993, p: 28). Na realidade, o Estado é o responsável pelas principais políticas de ordenamento territorial e social comandado pelas relações capitalistas de produção. Santos (2000) considera que o processo produtivo reúne aspectos técnicos e políticos. Os primeiros têm mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência. Já a parcela política, ao contrário, relacionada ao comércio, preços, subsídios etc., tem sua sede fora da região e seus processos geralmente escapam ao controle dos principais interessados, os produtores, e a sociedade civil como um todo: é o Estado que os define.

Além das condicionantes macroeconômicas, global e nacional, o processo de territorialização da soja no cerrado tocantinense, também resulta de particularidades da organização socioeconômica local. Dessa forma, é necessário que façamos um breve resgate histórico do processo de ocupação dessa região. É na relação dialética global-

nacional-local, que iremos encontrar as chaves para explicação da dinâmica econômica dessa porção do território brasileiro.

O processo de ocupação do Norte goiano (atual estado do Tocantins)

O povoamento do antigo Norte goiano (atual estado Tocantins) começa no início do século XVIII, com a descoberta das minas auríferas de Goiás. Criou-se, então, uma povoação mineira. Durante a primeira metade do século citado, o povoamento foi intenso, devido às notícias de abundância do ouro nessa região. Em decorrência da produção aurífera, surgiram várias arraiais, dentre os quais se destacam Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Carmo (1746). Esse sistema de povoamento, baseada na produção do ouro, foi a “primeira forma de povoamento” dessa região (LIRA, 2011, p: 146/147).

Além do povoamento decorrente da busca pelo ouro, a procura pelas minas auríferas da região, causou outro tipo de povoamento, o ribeirinho. Essa segunda forma de povoação deu-se por intermédio do surgimento das denominadas cidades-porto, situadas ao longo dos rios. Essas serviam de entreposto comercial entre os garimpos, abastecendo as regiões auríferas, com produtos farmacológicos, vestuário, sal, querosene e etc., e retornando com o ouro extraído das lavras. O rio era tão importante na vida da região, que já participava da vida econômica de cada localidade em sua margem. Segundo Doles (1973):

O comércio fluvial pelo Tocantins já representava para as populações do norte, no ano de 1850, uma atividade constituída, de sorte que naquela época, o número de pessoas empregadas a seu serviço, para os quais a navegação representava uma profissão, ascendia à ordem de 400 a 500 [...]. (DOLES, 1973, p: 67).

A Navegação no Rio Tocantins, embora com a crise do ouro na região, continuava sendo de grande importância, chegando a se expandir até o Rio Araguaia, transformando-se assim, a principal via de comunicação e de integração do século XIX na província central do Brasil. No entanto, a ausência de investimento estatal no período mais fértil (final do século XVIII e início do século XIX) da hidrovia do Tocantins e do Araguaia, inviabilizou seu futuro como principal eixo de desenvolvimento regional e principal via de integração nacional.

Com a crise do ouro, gerou-se um estado anômalo nas atividades econômicas da região, que numa espécie de retrocesso, foram substituídas pela agricultura de

subsistência e pela criação extensiva de gado “curraleiro”, nas fazendas isoladas do sertão goiano. As terras para criação do gado eram distribuídas pela igreja católica em regime de sesmarias (seis léguas quadradas de terras). A lida do gado fez surgir ligações com o sertão da Bahia e do Piauí.

Através das estradas tropeiras, utilizadas pelos habitantes da margem direita do Rio Tocantins, realizava-se o comércio de bovinos e de produtos manufaturados. Essas ligações pelos sertões eram lentas, devido, principalmente, ao grande número de rios a transpassar no caminho. Porém, mesmo com essas dificuldades, esses caminhos existiram até o final da década de 1950, servindo como corretor migratório para piauienses, maranhenses e baianos. Deu-se, então a segunda fase de povoamento no antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins.

Com o advento da estrada de ferro no sul de Goiás (1913) e com o desenvolvimento da economia do centro-sul do Brasil, as terras de Goiás começaram a ser bem valorizadas, no sentido de representar uma viável reserva de produção alimentícia para abastecer as necessidades do centro-sul do país. Uma nova fase do processo de acumulação do capital, que já se esboçava a partir da abolição da escravidão, vai se firmando.

Neste momento no Brasil começa a nascer uma expansão (exportação, importação) do sistema monetário (bancos) e na rede de transportes (estrada de ferro). Todas essas mudanças nas atividades econômicas do país provoca uma nova divisão nacional do trabalho. Em Goiás, esse modelo de acumulação capitalista, se deu através da propriedade da terra, como fonte de produção de alimento para abastecer o mercado crescente do centro-sul. Porém, o norte goiano (hoje Tocantins) não via as mesmas perspectivas, devido às dificuldades de integração com o sul do estado, a região era marginal ao processo de desenvolvimento que desenrolava no sul de Goiás e conseqüentemente no centro-sul do Brasil.

O Norte goiano estava marginal no processo de desenvolvimento, mas não no processo de acumulação de capital, pois este era fomentado pela nova fase sócio-política do primeiro período republicano (1889-1930), que se propagava pelo país através de alianças entre a burguesia cafeeira do sul e as facções de classes sociais políticas regionais, expressas, principalmente, na hegemonia do poder local: o poder dos coronéis do sertão. Com a descompatibilização do desenvolvimento econômico do sul

do Goiás, por intermédio do processo político do norte, houve a perpetuação do poder dos coronéis locais. O coronelismo dominou o Norte Goiano até sua “superação” como prática política.

Desta forma, o processo de acumulação primitiva cristalizado no modo de produção econômica centro-sulista, hegemônico nacionalmente pelo poder político agrário cafeeiro, começa a sofrer fissuras, as quais se soldam por meio das alianças feitas com poderes políticos locais (coronelismo), mas, que com a revolução de 1930, sai renovado e instala um novo processo de acumulação capitalista. Não há uma mudança de rumo no processo político, houve apenas uma rearticulação do mesmo, se armando com novos valores (burguesia urbana e/ou industrial) para se eternizar como poder hegemônico.

Outro fator extremamente importante para o entendimento da ocupação e avanços das relações capitalistas no estado de Goiás é a ação governamental denominada “marcha para o oeste”. Criada no primeiro período do Governo Vargas (Estado Novo), essa política tinha como objetivo ocupar os “vazios demográficos” do interior do país, na tentativa de transformá-los em espaços produtivos, integrando-os ao mercado do centro-sul. Com a criação do Projeto de Colonização Agrícola inspirado nas ideias tenentistas (desestruturação das oligarquias regionais), foi implantada em Goiás, na região de Ceres, a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás). Esse fato inaugura definitivamente a inserção do Estado de Goiás na produção de capitalista nacional.

A instalação de BR-153, popularmente conhecida como Belém-Brasília, criou as condições logísticas (além dos incentivos fiscais propiciados pelos programas federais-SUDAM, GETAT e PROTERRA) para que o novo modo de produção capitalista se instalasse na região, através de denominada “frente pioneira agrícola”. Portanto, é o resultado da atuação relacional dessas diversas realidades (global, nacional e local) atuando concomitante e dialeticamente, que vai explicar a entrada das pequenas e médias cidades tocantinenses no circuito produtivo da economia global, via atividade do agronegócio.

Partindo, portanto, do pressuposto de que o estudo da realidade das pequenas e médias cidades brasileiras pode revelar aspectos marcantes da dinâmica socioeconômica global, como diz Azevedo (1985, p: 160) “o local, o específico pode tomar amplitude maior, na medida em que é expressivo de um conjunto de relações complexificadas por

uma realidade sócio-econômica de determinações históricas mais amplas”, iremos, doravante, analisar alguns dos indicadores sociais e econômicas das cidades tocantinenses de Lagoa da Confusão e Campos Lindos.

Campos Lindos

A cidade de Campos Lindos foi fundada pelo atual Governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos. Sob seu comando elaborou-se a planta da cidade; abriram-se as ruas e instalaram-se as redes de abastecimento de água e de energia elétrica. A potencialidade econômica dos solos da região, aliada à beleza paisagística e aos interesses pessoais do Governador, foram os elementos determinantes para a fundação da cidade. O município de Campos Lindos foi criado por intermédio da Lei Estadual Nº 251, de 20/02/1991, com o desmembramento do Município de Goiatins. Possui uma área de 3.253,6 Km² e está distante a 290 Km da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Localiza-se na Mesorregião Oriental do Estado. (IBGE, 2013).

Em termos de evolução da produção de soja, o Município de Campos Lindos teve uma evolução bastante considerável no período de 1995-2011, passando de 2.050 hectares de área colhida naquele ano para 53.000 hectares nesse ano. Já em relação à quantidade produzida, medida em toneladas, os números evoluíram, no período 1995-2000, de 3.526 toneladas nesse ano para 164.300 toneladas nesse ano, (SANTOS, 2013, ps: 268/269/271). Esses escores dão ao município de Campos Lindos a posição de número 01(um), tanto em termos de área plantada/colhida (hectares), como em quantidade produzida (toneladas), respectivamente.

No período de 1991-2000, o Município de Campos Lindos apresentou um crescimento populacional anual de 6,46, passando de 3.276 em 1991 para 5.638 em 2000. Segundo PNUD (2000), no ano de 2000, a população do Município representava 0,49% da população estadual. A taxa de mortalidade infantil diminuiu relevantes 14,37% no período 1991-2000, passando de 71,91 (por mil nascidos vivos) no início de década de 1990 para 61,58 (por mil nascidos vivos) no final dessa mesma década. Já a esperança de vida aos nascer cresceu 2,28 anos, passando de 58,16 anos em 1991 para 60,44 anos em 2000.

A renda per capita média do Município diminuiu 18,74 % no período de 1991-2000, passando de R\$ 63,25 em 1991 para R\$ 51,40 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade de um salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 3,04%, passando de 82,7% em 1991 para 85,2% em 2000. A desigualdade (levando-se em consideração o Índice de Gini) teve um crescimento substancial, passando de 0,50 em 1991 para 0,69 em 2000.

Conforme podemos observar no quadro abaixo, o Município de Campos Lindos representa a síntese da contradição da Monocultura da Soja no Cerrado Tocantinense, apesar de ser o maior produtor desse grão no Estado, com uma produção de 164.300 toneladas no ano de 2011, conforme aponta (IBGE, 2011), sua renda per capita diminuiu 18,74% enquanto que a pobreza cresceu 3,04%, no período de 1991 a 2000. (PNUD, 2000).

No período de 1991-2000, conforme consta na Tabela 01, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Campos Lindos cresceu 25,81%, passando de 0,461 em 1991 para 0,580 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a Educação (99,2%), seguida pela Longevidade (10,6%). Neste período o hiato de Desenvolvimento Humano (a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1-IDH) foi reduzido em 22,1%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 17,4 anos para igualar-se a São Caetano do Sul (SP), Município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 12,1 anos para alcançar Palmas (TO), Município com o melhor IDH-M do Estado (0,800). (PNUD, 2000).

Segundo PNUD (2000), o Município de Campos Lindos classifica-se como na posição de Médio Desenvolvimento Humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios brasileiros, Campos Lindos ocupa a posição de número 4.968, num universo de 5.565 municípios, um dos municípios mais pobres do país. Em relação ao cenário estadual, a situação também é preocupante, o município ocupa a posição de número 131, num universo de 139 municípios.

Nota-se no município o contraste entre a fartura de grãos de soja e a precariedade das políticas públicas. Enquanto a propaganda do agronegócio associa a expansão acelerada à prosperidade, os problemas reais dizem o contrário. Segundo o mapa Pobreza e Desigualdade (IBGE, 2007), 84 % de sua população vive na pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência. Local onde se estabeleceu um projeto controverso, o Município de Campos Lindos é líder estadual de produção de soja, ao mesmo tempo, que apresenta a maior proporção de pobre do país, conforme (IBGE, 2007).

Ainda de acordo com IBGE (2011), no ano de 1999 as lavouras do Município renderam 9,3 mil toneladas de soja. Já em 2007, esse montante saltou para 127,4 mil toneladas, um crescimento de 1.370%, enquanto que no Brasil, nesse mesmo período, a produção desse grão cresceu 187%. Em termos de dividendos, o valor da produção também cresceu de forma acelerada, passando de R\$ 2,2 milhões em 1999 para R\$ 55,1 milhões em 2007. Em termos de comparação com a produção nacional, podemos verificar a velocidade da expansão, pois o valor da produção nacional oscilou, nesse mesmo período, de R\$ 7,2 para 25,7 bilhões. Esse ritmo acelerado pode ser explicado pela atuação das multinacionais Bunge e Cargill, que estimularam a produção de soja, com a instalação de grandes armazéns e silos, com o fornecimento de insumos e com a garantia da aquisição da produção.

Tabela N° 01. Perfil do Município de Campos Lindos/ TO.		
<i>População por Situação de Domicílio, 1991-2000.</i>		
Ano	1991	2000
População Total	3.276	5.638
Rural	3.254	3.429
Urbana	22	2.209
Taxa de Urbanização	0,67 %	39,8%
<i>Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991-2000.</i>		
Ano	1991	2000
Mortalidade até 01 ano de Idade (por 1000 nascidos vivos)	71,9	61,6
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	58,2	60,4
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	6,4	5,3
<i>Nível Educacional da População Adulta</i>		
Ano	1991	2000
Taxa de Analfabetismo	65,6	35,4
% com menos de 4 anos de estudo	90,4	72,0
% com menos de 8 anos de estudo	98,5	91,5

Média de anos de estudo	1,0	2,4
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
Renda per Capita Média (R\$ em 2000)	63,3	51,4
Proporção de Pobres (%)	82,7	85,2
Índice de Gini	0,50	0,69
Porcentagem da renda apropriada por Extratos da População		
Ano	1991	2000
20% mais pobres	4,5	0,0
40% mais pobres	12,2	1,4
60% mais pobres	22,9	10,2
80% mais pobres	38,0	29,2
20% mais ricos	62,0	70,8
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,461	0,580
Educação	0,365	0,720
Longevidade	0,553	0,591
Renda	0,465	0,430

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano –PNUD- 2000. Organizado pelo Autor.

Lagoa da Confusão

O Início de sua história data de 1933, com a chegada das famílias Rodrigues, proprietária da Fazenda Santa Rita, situada a 07 km do Município, e da família Pantas, proprietária da Fazenda Canabrava. Nessa mesma época, chegava à região a família de Bartolomeu Bandeira de Barros, ficando situada às margens do rio Urubu. A primeira impressão que ficou, quando da chegada dessas famílias à localidade, foi de uma imensa lagoa azul, protegida por serras e pântanos, o que dificultava a chegada à lagoa, fato causador de muita confusão. Vem dessas narrações o nome do povoado, e, posteriormente, do Município. (IBGE, 2013).

O povoado de Lagoa da Confusão foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual N° 251, de 20/02/1991, e teve seus limites alterados, posteriormente, pela Lei Estadual N° 498, de 21/12/1992, desmembrado do Município de Cristalândia. (IBGE, 2013). O Município de Lagoa da Confusão possui uma área de 10.602,5 Km², localiza-se na Messorregião Ocidental do Estado do Tocantins, e está distante 157,3 Km da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Em termos de evolução da produção de soja, o Município de Lagoa da Confusão teve uma evolução bastante considerável no período de 1995-2011, passando de 140 hectares de área colhida naquele ano para 12.000 hectares nesse ano. Já em relação à quantidade produzida, medida em toneladas, os números evoluíram, no período 1995-2000, de 280 toneladas nesse ano para 33.600 toneladas nesse ano, (SANTOS, 2013, ps: 268/269/271). Esses escores dão ao município de Lagoa da Confusão a posição de número 10 (dez), tanto em termos de área plantada/colhida (hectares), como em quantidade produzida (toneladas), respectivamente.

No período 1991-2000, a população do Município cresceu a uma taxa anual de 6,39%, passando de 3.606 em 1991 para 6.168 em 2000. Em 2000, a população de Lagoa da Confusão representava 0,53% da população do Estado do Tocantins. A taxa de analfabetismo diminuiu, significativamente, no período referido, passando de 50,4% em 1991 para 25,4% em 2000, exceto o percentual de pessoas com menos de 08 anos de estudo, que teve uma queda bem menor (14,1%). Já a taxa de mortalidade infantil, no período de 1991-2000, diminuiu 32,41%, oscilando de 83,95 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 56,74 (por mil nascidos vivos) em 2000. A esperança de vida ao nascer, cresceu 5,84 anos, passando de 55,75 anos em 1991 para 61,59 anos em 2000.

Em se tratando da renda per capita, houve um crescimento significativo de 95,68 %, no período 1991-2000, passando de R\$ 81,52 em 1991 para R\$159,92 em 2000. Já a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade de um salário mínimo vigente em agosto de 2000), teve uma redução de 24,91 %, passando de 72,3% em 1991 para 54,3% no ano de 2000. A desigualdade (medida pelo Índice de Gini) seguiu tendência contrária e apresentou aumento, passando de 0,48 em 1991 para 0,63 em 2000, segundo PNUD (2000).

O retrato mais fiel da desigualdade refere-se aos valores apropriados pelos 20% mais pobres da população de Lagoa da Confusão, que diminuiu de forma acentuada, passando de 5,1% no ano de 1991 para 1,1% em 2000. Já em relação aos 40% mais pobres, a queda foi menor, porém, também significativa. Oscilou de 13,7% no ano de 1991 para 7,7% em 2000.

Na Tabela 02, podemos observar ainda que na evolução do período de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Lagoa da Confusão cresceu 34,27 %, passando de 0,499 em 1991 para 0,670 no ano de 2000. Das dimensões que mais contribuíram para essa melhora, destacam-se a educação (59,2%) e renda (21,9%). Já a longevidade contribuiu com 18,9%. Neste período o hiato de Desenvolvimento Humano (a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1-IDH) foi reduzido em 34,1 %. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 9,3 anos para igualar-se a São Caetano do Sul (SP), Município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 5,2 anos para alcançar Palmas (TO), Município com o melhor IDH-M do Estado (0,800). (PNUD, 2000). Vejamos os escores:

Tabela N° 02. Perfil do Município de Lagoa da Confusão/ TO.		
População por Situação de Domicílio, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
População Total	3.606	6.168
Rural	2.850	2.772
Urbana	756	3.396
Taxa de Urbanização	2,09%	55,2%
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
Mortalidade até 01 ano de Idade (por 1000 nascidos vivos)	84,0	56,7
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	55,8	61,6
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,6	3,4
Nível Educacional da População Adulta		
Ano	1991	2000
Taxa de Analfabetismo	50,4	25,4
% com menos de 4 anos de estudo	76,3	55,8
% com menos de 8 anos de estudo	94,4	81,1
Média de anos de estudo	2,2	4,0
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
Renda per Capita Média (R\$ em 2000)	81,5	159,5
Proporção de Pobres (%)	72,3	54,3
Índice de Gini	0,48	0,63
Porcentagem da renda apropriada por Extratos da População		
Ano	1991	2000
20% mais pobres	5,1	1,1
40% mais pobres	13,2	7,7
60% mais pobres	24,9	18,5
80% mais pobres	45,8	37,4

20% mais ricos	54,2	62,6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991-2000.		
Ano	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,499	0,670
Educação	0,478	0,781
Longevidade	0,513	0,610
Renda	0,507	0,619

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano –PNUD- 2000. Organizado pelo Autor.

Análise dos indicadores

Nesta parte do trabalho, compararemos alguns indicadores dos Municípios estudados. Os indicadores utilizados para termos de comparação serão: População; Mortalidade analfabetismo; Renda, pobreza, desigualdade; Distribuição da renda e o índice de desenvolvimento municipal. Após a análise e discussão dos indicadores citados, faremos algumas considerações finais que a análise dados nos permitiu formular.

O primeiro indicador a ser discutido será população. Em se tratando de população por situação de domicílio, no município de Campos Lindos a maioria da população se concentra ainda na zona rural, diferente do que ocorre em Lagoa da Confusão, onde cerca de 75% da população se concentra na cidade. Esse fato pode ser explicado pela acelerada taxa de urbanização que a cidade de Lagoa da Confusão apresentou no período de 1991-2000, diferente do que ocorreu em Campos Lindos onde a taxa de urbanização cresceu apenas 22% no mesmo período.

Em se tratando de mortalidade infantil, o município de Campos Lindos apresenta umas das maiores taxas do País: 61,6 por mil nascidos vivos. Mesmo diante de uma queda de quase 12% no período de 1991 a 2000. Apesar de também ser alta, a mortalidade infantil em Lagoa da Confusão é menor do que em Campos Lindos: 56,7 por mil nascidos vivos. O fato da mortalidade infantil do Município de Lagoa da Confusão ser menor do que a de Campos Lindos deve-se à acentuada queda que esse indicador apresentou no período de 1991-2000, cerca de 40%. Essa acentuada melhora no indicador mortalidade infantil do Município de Lagoa da Confusão, fez com que a esperança de vida ao nascer crescesse de 55 para 61 anos, no período de 1991 a 2000 naquela localidade, enquanto que nesse mesmo período no Município de Campos

Lindos, a esperança de vida ao nascer permaneceu quase que inalterada. Vale destacar, o contrasta entre a evolução da expansão da monocultura da soja no Município de Campos Lindos (o Município é o campeão na produção de soja no estado) e os baixos níveis de alguns de seus indicadores, notadamente a alta taxa de mortalidade infantil.

Falando em analfabetismo, Campos Lindos e Lagoa da Confusão apresentaram queda considerável nesse quesito, cerca de 45%. Vale destacar que essa queda se concentrou de forma mais acentuada naquelas pessoas com 04 anos de estudo ou menos no Município de Campos Lindos, enquanto que em Lagoa da Confusão a queda mais acentuada se concentrou nas pessoas com menos de 08 anos de estudo. Vale destacar que no Município de Lagoa da Confusão a média de anos de estudos passou de 2,2 anos em 1991 para 4 anos em 2000, enquanto que nesse mesmo período em Campos esses números variaram de 1 ano em 1991 para 2,4 anos em 2000. Com base nesses indicadores, podemos dizer que o nível educacional do Município de Lagoa da Confusão é bem maior que o de Campos Lindos.

Esse melhor nível educacional de Município de Lagoa da Confusão, talvez nos auxiliem na análise dos indicadores renda, pobreza e desigualdade, entre este Município e o Município de Campos Lindos. Enquanto que no período de 1991 a 2000, a renda per capita de Lagoa da Confusão praticamente dobrou, passando de R\$81,5 para R\$159, em Campos Lindos houve queda de R\$63,3 em 1991 para 51,4 em 2000. No quesito proporção de pobres (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade de um salário mínimo vigente em agosto de 2000), o desempenho dos dois Municípios também foi bastante diferente, entre 1991 e 2000. Enquanto em Lagoa da Confusão a proporção de pobres caiu de 72,3 em 1991 para 54,3 em 2000, em Campos Lindos houve aumento de 82,7 para 85,2 nesse mesmo intervalo temporal.

Apesar dos melhores indicadores do Município de Lagoa da Confusão, em se tratando de mortalidade infantil, proporção de pobres e renda per capita, o Índice de Gini deste Município piorou tanto quanto o de Campos Lindos. Enquanto neste passou de 0,50 em 1991 para 0,69 em 2000, naquele esse índice passou de 0,48 em 1991 para 0,63 em 2000. Essa semelhança no desempenho do índice de gini, pode ser explicada pela metodologia de cálculo desse índice, que não leva em consideração os indicadores

mortalidade infantil e proporção de pobres, indicadores nos quais o Município de Lagoa da Confusão obteve em desempenho bem melhor do que Campos Lindos no intervalo de 1991-2000.

Em se tratando da porcentagem da renda apropriada por extratos da população, a realidade tanto de Campos Lindos quanto de Lagoa da Confusão é bastante semelhante. Nos dois Municípios podemos observar uma tendência à concentração de renda no período de 1991 a 2000. Em Campos Lindos, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres caiu de forma acentuada, ficando praticamente zerada em 2000, a proporção de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou, passando de 62% em 1991, para 69% 2000. Já em Lagoa da Confusão, também houve concentração na renda, com os 20% mais pobres apropriando-se de apenas 1,1 da renda em 2000 (em 1991 esse número era de 5,1) e os 20% mais ricos apropriando-se de 62,6 da renda em 2000, frente a 54,2 % em 1991.

Essa tendência à concentração, explica as pioras na classificação do índice de gini, tanto de Campos Lindos quanto de Lagoa da Confusão. Mesmo tendo melhorias bastantes significativas, principalmente em se tratando de queda na mortalidade infantil e queda nas taxas de analfabetismo, a grande concentração de renda ocorrida no período de 1991 a 2000, contribui para que esse índice piorasse nos dois Municípios.

Já o IDH-M, dos dois Municípios melhorou timidamente, sendo puxado, sobretudo, por melhorias nos índices educacionais. O destaque vai para as melhorias educacionais do Município de Campos Lindos: em uma década a participação desse indicador no IDH-M dobrou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na macroeconomia global, tem espalhado seus efeitos de forma cada mais rápida e a lugares cada vez mais longínquos. Decisões tomadas a milhares de quilômetros de distância (oscilações do preço de *commodities* cotadas em bolsa de valores, descoberta de novos cultivares de soja, por exemplo) têm gerado impactos cada vez mais consistentes na dinâmica dos territórios. Pelo menos em alguns aspectos a ideia de aldeia global tem sentido.

Aliado ao poderio estatal, representado nas ações dos estados nacionais, a territorialização do capital monopolista (que no Brasil tem se manifestado em vários aspectos, sendo um deles a expansão da monocultura da soja) tem ganhado terreno rapidamente. A atuação estatal tem sido imprescindível para a instalação e consolidação do capital no território brasileiro, tanto em nível nacional, com o estadual e municipal.

Foi o planejamento estatal que definiu as linhas mestras de uso e ocupação do território brasileiro e, conseqüentemente, das ações que moldaram o território do cerrado. A organização do atual do território do cerrado é fruto de diversos e diferentes programas estatais, em especial o processo de políticas para a agricultura, que promoveu a inserção de um sistema de cultivo diferente dos padrões de produção anteriormente praticados nesses rincões do Brasil. Portanto, as fronteiras do cerrado foram abertas às lógicas de uso do espaço pelo capital, por meio das ações do Estado, que comandou o processo de transformação do cerrado em “celeiro” agrícola de produção nacional, com destaque no cenário internacional.

Assim, o processo de modernização territorial do Cerrado foi determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial e contou com apoio irrestrito e incondicional do Estado, através de políticas públicas setoriais, assegurando a penetração monopolista do capital.

O que pode se dizer do processo de territorialização da monocultura da soja no estado do Tocantins, tendo como base os municípios de Campos Lindos e Lagoa da Confusão, é que a realidade destoia dos discursos oficiais. A atividade do agronegócio, com toda a parafernália que lhe acompanha, convive, de forma harmoniosa e contraditória, com altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. A chegada dessa atividade, que deu ao nosso país o título de “celeiro do mundo” não representou, os dados demonstram isso de forma contundente, melhorias significativas nos indicadores sociais desses municípios, aliás, alguns pioraram.

Mesmo diante de elevações significativas no volume de plantio/ produção da soja (em alguns casos esse crescimento se conta aos milhares) o que acarretou o aumento da renda bruta dos municípios, indicadores como pobreza e desigualdade, além de persistirem, em alguns casos ainda aumentaram. O desenvolvimento dessa atividade não propiciou também (como se alardeava), um processo de desenvolvimento regional e

local, e, sobretudo, não criou um equilíbrio do desenvolvimento social e econômico no estado. Ao contrário, ainda subsistem bolsões de pobreza, sobretudo em áreas rurais, convivendo de forma “harmoniosa” com grandes áreas de produção de soja.

NOTAS:

1. Os Municípios de Lagoa da Confusão e Campos Lindos foram escolhidos como objeto de estudo do presente trabalho, por representarem áreas de acelerada expansão da monocultura da soja no Estado do Tocantins. Dessa forma, a realização desse diagnóstico visa compreender os impactos socioeconômicos que a chegada dessa atividade agropecuária provoca nessas localidades.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. **Metápolis: Acerca do Futuro da Cidade**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- AZEVEDO, Beatriz R. **Emprego, Desemprego e Sub-Emprego: Uma revisão da literatura crítica**. Ensaios. FEE. Porto Alegre. Volume 06. Número 01. P: 155-168. 1985
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DOLES, Dalísia E. M. **As comunicações fluviais pelo Araguaia e Tocantins no século XIX**. Goiânia. Oriente, 1973
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Gênese de Palmas- Tocantins- A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia, Kelps: 2013.
- MACHADO, L. T. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20: mito e realidade das doutrinas políticas**. São Paulo: Mandacaru, CPC – UMES, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. 5ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Roberto de Souza. **Os Condicionamentos das políticas territoriais e do processo de territorialização dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e local: uma análise crítica no contexto do Tocantins**. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento. IESA/ UFG: Goiânia, 2013.
- TOCANTINS, Estado do Tocantins. **Atlas do Estado do Tocantins**. SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. (Orgs.) DIAS, Ricardo Ribeiro & PEREIRA, Eduardo Quirino & SANTOS, Lindomar Ferreira dos. 5º Ed. Revisada e Atualizada. Palmas, 2008.

SITES VISITADOS

[http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH/php/dicionário-da-cooperacao/Glossary-1/1/%C3%8/Indice-de-Pobreza-Multidimensional-\(IPM\)-263](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH/php/dicionário-da-cooperacao/Glossary-1/1/%C3%8/Indice-de-Pobreza-Multidimensional-(IPM)-263). Acesso em 09/12/2013.

Artigo recebido em setembro de 2013 e aceito para publicação em fevereiro de 2014.